

# MÍDIA E PODER: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA IMPRENSA ALAGOANA NO PERÍODO DO GOLPE CIVIL-MILITAR

Gabriely Castelo<sup>1</sup>

Jorge Luiz<sup>2</sup>

Lícia Souto<sup>3</sup>

Lucas Santos<sup>4</sup>

Sarah Santana<sup>5</sup>

Danielle Cândido<sup>6</sup>

Jornalismo



**cadernos de  
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

O presente artigo analisa o cenário midiático alagoano em dois momentos do histórico Golpe Civil-Militar (1964): a semana anterior ao golpe e a repercussão nos dias após o fato. A análise debruça-se numa perspectiva política e em seus desdobramentos econômicos, identificando, por meio das clássicas Teorias do Jornalismo, a relação entre mídia e poder. Para tanto, analisamos os dois maiores jornais impressos de Alagoas, na época, – Jornal de Alagoas e Gazeta de Alagoas – a fim de identificar como a influência da direita conservadora determinou na forma como as informações foram divulgadas nos referidos veículos no que diz respeito ao Golpe de 1964. Um dos resultados desta pesquisa qualitativa e bibliográfica aponta para um aumento de mobilizações políticas, a partir das quais grupos da classe trabalhadora alagoana conquistaram direitos e assumiram um papel de liderança. Em contraponto, a atuação política do então governador Luiz Cavalcante, por meio de relações político-econômicas com o poder midiático, teve a sua atuação de enfrentamento aos grupos subversivos silenciada pelos veículos de comunicação.

## PALAVRAS-CHAVE

Golpe Civil-Militar. Imprensa Alagoana. Teorias do Jornalismo. Mídia. Poder.

## ABSTRACT

This article analyzes the alagoana media scene in two moments of the historical Civil-Military Coup (1964): the week before the coup and the repercussion in the days after the fact. The analysis focuses on a political perspective and its economic developments, identifying, through the classic Theories of Journalism, the relationship between media and power. In order to do so, we analyzed the two largest printed newspapers in Alagoas, at the time - Alagoas Journal and Gazeta de Alagoas - in order to identify how the influence of the conservative right determined in the way the information was disclosed in said vehicles with respect to the 1964 coup. One of the results of this qualitative and bibliographical research points to an increase in political mobilizations, from which groups from the Alagoan working class gained rights and assumed a leadership role. In contrast, the political performance of the then governor Luiz Cavalcante, through political-economic relations with the media power, had his action of confronting subversive groups silenced by the media.

## KEYWORDS

Civil-Military coup; Press Alagoana; Theories of Journalism; Media; Power.

## 1 INTRODUÇÃO

João Goulart, também conhecido como Jango, foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Seu mandato presidencial, no entanto, foi marcado por uma intensa instabilidade política e manifestações sociais, a citar: as ligas camponesas, os movimentos estudantis e as organizações sindicais que reivindicavam mudanças significantes nas políticas públicas sociais e na relação estrangeira do governo com investidores. O intenso crescimento de manifestações organizadas por essas associações colaborou para o fortalecimento de um antagonismo político.

Jango atuou com persistência, sendo um pilar de sustentação das lutas sociais engajadas no país. Apesar de ser considerado por muitos como um governo moderado, trouxe grande desconforto aos conservadores – que discordavam dele –, como também às Forças Armadas, à Igreja Católica, aos ruralistas e grande parte do empresariado nacional e internacional. Todos eles se uniram em forte colaboração para desestabilizar o governo Goulart, resultando no golpe que desempossou Jango da presidência da República.

Na época, Luiz Cavalcante, governador do estado de Alagoas, amplificou as ações do autoritarismo militar no estado. O cenário alagoano era de instabilidade sociopolítica, marcado pelo latifúndio, pela exploração da cana-de-açúcar e pelas sequelas do coronelismo. Cavalcante demonstrou-se um sustentáculo para o golpe civil-militar em Alagoas, já que, sendo militar de carreira, também se posicionou contra as medidas do governo Jango, combatendo com intensidade os grupos reformistas daquela época.

Este artigo, investigando sobre o Golpe de Estado e atentando para a influência que os grandes meios de comunicação exerceram sobre o conjunto da sociedade, analisa, principalmente, como as publicações dos jornais Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas retratou a tomada de poder pela via militar no Brasil. Estudamos também as articulações políticas e como a classe trabalhadora foi retratada naquele momento pela imprensa, reconstituindo a atuação e os interesses dos grupos políticos.

Outra reflexão apresentada por este artigo é sobre o lugar social dos trabalhadores, as lutas políticas e os conflitos que eles apoiaram no período compreendido entre a semana anterior ao golpe e a semana seguinte ao golpe. Nesse contexto, o presente trabalho busca investigar alguns espaços de dúvidas e omissões quanto à conjuntura imediatamente anterior ao golpe do dia 1º de abril no estado de Alagoas.

Buscamos, também, trazer um novo modo de se pensar os embates políticos desse momento histórico, já que os estudos individualizam suas atenções para regiões específicas como Rio de Janeiro e São Paulo, os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, no Nordeste o estado de Pernambuco, deixando de lado a colaboração dos grupos alagoanos.

Procuramos pesquisar especificamente um curto período, detalhando o material da imprensa: Gazeta de Alagoas (29 de março de 1964, 3 de abril de 1964) e Jornal de Alagoas (1 de janeiro de 1964, 5 de abril de 1964).

De início, trataremos de alguns conceitos do jornalismo, como as teorias explanadas por Pena (2015) e Traquina (2012), a exemplo da Teoria do Agendamento, Organizacional e da Ação Política. Essas importantes reflexões ressaltam por que as notícias são como são, ou melhor, foram veiculadas de formas determinadas e de acordo com interesses de grupos específicos.

Logo a seguir, caracterizamos as publicações da Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas, baseando-nos, principalmente, nas Teorias do Jornalismo já mencionadas. Contextualizando esses elementos, partimos para a análise das matérias, investigando as condições de produção que levaram à colaboração da imprensa para a instauração do regime militar em Alagoas.

## **2 TEORIAS DO JORNALISMO E A FUNÇÃO DA MÍDIA**

De acordo com os fundamentos marxistas, ideologias são ideias de uma classe dominante. A ideologia estaria a favor de um grupo específico que deteria o controle dos meios de produção. Consequentemente, esse poder de controle reflete no meio do trabalho jornalístico, visto que se inclina a favor de certo grupo. Logo, para fundamentar um regime autoritário por meio da imprensa, é necessária uma articulação partidária dos meios comunicacionais.

Nesse sentido, as publicações veiculadas a favor de determinado assunto trazem a ideologia dos donos dos jornais mais influentes. O princípio das publicações que vamos analisar neste artigo era propagar o medo por meio de matérias que apresentavam uma ameaça comunista no país.

Podemos perceber que o regime militar no Brasil foi reflexo dessa luta de ideologias, tentando fortalecer a direita conservadora, usando diversos meios para este

fato, incluindo os jornais impressos. Desta forma, o comunismo torna-se incômodo para a “direita”, partindo da perspectiva de que este poderia desestruturar o capitalismo, derrubando as classes, instaurando um sistema adverso.

Todos os aparelhos ideológicos do Estado, sejam quais forem, colaboram para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada um a seu modo... O aparato das comunicações manipulando o cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc., através da imprensa, rádio e televisão. (ALTHUSSER, 1970, p. 136).

A Teoria da Ação Política entende os meios de comunicação de forma instrumentalista (TRAQUINA, 2012), ao sugerir a presença da ideologia doutrinadora nas informações repassadas pela imprensa, indica que certas notícias podem ser deturpadas. Desse modo, tem como abordagem principal a relação entre o jornalismo e a sociedade, assim como as implicações políticas e sociais da atividade jornalística e o papel social das notícias.

A teoria expressa ainda que as notícias podem operar como distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais específicos, que se utilizam da imprensa na projeção de sua visão particular de mundo, de sociedade. Logo, a visão esquerdista dessa teoria descreve a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista.

Apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tácita ou oficial, a condição de diversidade significativa não é satisfeita. Ou se os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estão confinados aos limites dos media e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de diversidade sem sentido ou “marginalizada”. (HERMAN, 1985 apud TRAQUINA, 2012, p. 214).

Citando Chomsky e Herman, Traquina (2012) relaciona os cinco fatores que explicam a submissão do jornalismo aos interesses desse sistema: a estrutura de propriedade dos meios, a necessidade do lucro, a dependência de fontes oficiais, as ações punitivas dos mais poderosos e uma ideologia “anticomunista”, prevalecente na sociedade.

Dessa forma, a mídia impressa atuou no processo de construção de conformidade geral da população, possibilitando a estruturação e a prática de hegemonia de um grupo dominante. O discurso militar repassado pelo meio jornalístico antes do golpe é que este traria a ordem, impossibilitaria a ampliação do comunismo e desenvolveria o país, dando a entender que isso era de interesse geral da nação, passando uma ideia distorcida de democracia. As notícias distorciam sistematicamente a realidade, concordando com os interesses políticos dos militares e conservadores.

Na Teoria Organizacional o jornalista é inserido no contexto em que trabalha, conformando-se com as normas editoriais da empresa, deixando de lado crenças pessoais. Assim, é “socializado” na política editorial da instituição em que trabalha por meio de uma sucessão sutil de recompensas e punições.

O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redator, no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dito qual é a política editorial. Nem nunca será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar. (TRAQUINA, 2001, p. 53).

Breed menciona um sistema punitivo e de gratificação, quando o jornalista não segue as normas e, por isso, acaba recebendo um retorno negativo (o retorno é positivo quando produz algo dentro do exigido). Nesse sentido, a autoridade institucional e as sanções afirmam que os chefes têm poder sob a notícia, podendo ou não alterar o material e decidir se irá ser publicado.

É possível ainda notar que o jornalista se torna um membro da redação, dependendo das influências políticas do meio editorial e empresarial do veículo de comunicação que está empregado, sempre respondendo a uma ordem ou ao próprio dono da empresa.

Sendo assim, com a mídia impressa predominantemente a favor do golpe militar, a informação divulgada na época foi fruto das determinações ideológicas da própria “linha editorial”. A aceitação da proposta política da empresa, por parte dos repórteres e editores, estabelece uma relação de confiança entre todas as partes envolvidas no processo de construção da notícia.

Por meio de um forte vínculo estabelecido entre o jornalista e a organização para qual trabalha, ocorre o processo de socialização organizacional. A construção ideológica que habitava o inconsciente do jornalista e permeava as relações de recompensa ou punição motivadas pela prática profissional ajudaram na construção do imaginário coletivo de uma ameaça comunista, tornando possível o Golpe de 1964.

Lippmann (1922) ressalta em seu livro *Public Opinion* que a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens destes acontecimentos no nosso imaginário é a mídia, e que a imprensa utiliza estereótipos para distorcer o entendimento de uma realidade que não podemos ver.

O pensamento de Lippmann (1922) foi a base para a criação da Teoria do Agendamento (do inglês, *Agenda Setting*) por Maxwell McCombs e Donald Shaw no ano de 1970. Essa teoria foi uma resposta a Teoria dos Efeitos Limitados, que teve seu auge entre as décadas de 1940 e 1960 nos Estados Unidos (PENA, 2005).

O *Agenda Setting* não defende que a imprensa pretende persuadir o público. A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com seus próprios critérios de noticiabilidade. Segundo Shaw, citado por Wolf (2001, p. 144), tudo se resume nas “pessoas que tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que a imprensa de massa

inclui ou exclui de seu próprio conteúdo”, o que não só define a teoria em si como representa sua ação sendo efetivamente aplicada.

Estudos baseados nessa teoria referem-se à confluência entre a agenda midiática e a agenda pública. Entretanto, seus objetivos não são verificar mudanças de voto ou de atitude, mas sim a influência da mídia na opinião dos cidadãos sobre os assuntos que devem ser prioritariamente abordados pelos políticos. (PENA, 2005, p. 144-145).

Isso é explicado não pela busca do entendimento a respeito da mudança de voto ou atitude civil eleitoral e sim pela relação política. O que acontece é que as informações das agendas acabam nas mãos de políticos que, sabendo dos interesses da população por determinado assunto, podem redigir seu discurso para inclinar a intenção de votos para si mesmos. Nesse caso, os militares buscavam conseguir aprovação da população, propagando o medo como principal estratégia para a implantação do golpe.

É possível perceber, sabendo que a política tinha envolvimento com a imprensa da época, o seu discurso produzido a partir de condições já mencionadas. Os fatos com os quais os meios de comunicação operaram estavam enviesados pela manipulação ideológica, sendo determinados pela relação civil-militar que atuou no conjunto da sociedade e desencadeou uma euforia anticomunista no país. A partir desse contexto, torna-se claro a forma como a mídia age sobre o conjunto de conhecimentos da realidade social e como isso constrói e age no âmbito cultural.

Faz-se fundamental compreendermos e tornar compreensível o papel da mídia em um cenário de conflitos de interesses políticos e econômicos, movidos por um caráter ideológico difundido em meio às divergências sociais da época, bem como as grandes movimentações sociais que surgiram com grande força, pela primeira vez. Procuramos evidenciar as distorções do trabalho jornalístico nesse panorama de conflitos, onde as organizações econômicas predominantes detinham um poder de projetar por meio dos veículos de comunicação, um reflexo da realidade nos jornais, que não correspondiam precisamente aos fatos.

### **3 ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES DOS JORNAIS ALAGOANOS**

O governador de Alagoas Luiz Cavalcante, militar de carreira e com visões favoráveis a um governo militarista, difundiu a ideologia autocrática na agenda da população por meio do Jornal de Alagoas. À vista disso, preparou um território para dar sustentação ao Golpe Civil-Militar. Partindo deste princípio, torna-se mais claro evidenciar as motivações das lutas sociais travadas em função das projeções políticas entre 1961 e 1964.

Dentre as tensões travadas no governo Goulart, era observada a existência de um caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática e que os protagonistas

do cenário escolheram potencializar suas possibilidades, em detrimento do processo dos reformistas, estes que queriam mudanças amplas e eram contrários às reformas – sendo propensos a barrá-las. Nesse cenário, configura-se o período posterior ao Golpe.

A direita e a esquerda protagonizaram esse embate na busca pelas reformas ou para impedi-las. A direita estava deliberadamente disposta a quebrar as regras democráticas, usando tais regras exclusivamente quando lhes eram úteis para defender interesses próprios. Em contraponto, os grupos esquerdistas, para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Eles aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. Dessa forma, a dualidade do conflito fundamentava-se nos partidos políticos que projetavam perspectivas opostas sobre o futuro do país.

O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos [...] Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio. (FERREIRA, 2003, p.35)

Nesse contexto, surgiram diferentes organizações de coordenação dos sindicatos, no cenário regional e nacional, apesar de ser proibido pela rígida legislação sindical vigente. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) promoveu as primeiras greves explicitamente de caráter político, onde a imprensa conservadora designava o grupo como o “quarto poder” que, dando força à ideologia de Goulart, visava instituir no país uma “República sindicalista”<sup>7</sup>.

Visualiza-se que não apenas estavam sendo travados conflitos sociais por meio de movimentos ruralistas alicerçados a Sindicatos Rurais, como também era travado um conflito mais encoberto que ocorria dentro dos veículos de comunicação, que se inclinavam aos interesses e divergências políticas.

O Jornal Gazeta de Alagoas de propriedade do então ex-governador de Alagoas, Arnon de Mello, beneficia-se dos fatos (a exemplo das greves) para atacar o governador Luiz Cavalcante, redigindo críticas a sua administração e incorporando um discurso de defesa das classes trabalhadoras em suas reivindicações e lutas. Desenrola-se, então, um embate em que a Gazeta assume um posicionamento de oposição ao governo estadual. Já o Jornal de Alagoas, ligado aos “Diários Associados”, que foi uma das maiores empresas jornalísticas da história da imprensa no Brasil, de Assis Chateaubriand, posiciona-se de forma a defender o governo Luiz Cavalcante.

---

7 As Ligas Camponesas também participaram dessa conjuntura. Surgiram das lutas de resistência de pequenos agricultores contra a tentativa de expulsão das terras onde trabalhavam, no período de 1959 a 1962. Reportagens, em revistas e jornais do Brasil, informavam seus leitores acerca da ação e dos objetivos, subversivos e revolucionários, das Ligas Camponesas.

### 3.1 JORNAL DE ALAGOAS, ANTES DO GOLPE

O primeiro jornal analisado é do dia 1 de janeiro de 1964. A peça é um editorial, com o título: “1964: Elo entre 1963 e 1965”, expõe um ponto de vista do jornal, sendo ele uma visão de melhoramento e recuperação do Estado de Alagoas. O autor dessa matéria é ilegível.

Alagoas felizmente atravessou um ano tranquilo, sem grandes agitações, e caminhando lentamente no sentido da realização da paz e do progresso material. O governo federal nos ignora, pois todos sabem que o governador filia-se a corrente política diversa. (JORNAL DE ALAGOAS, 01/01/1964).

O Jornal de Alagoas informava, no dia 1º de janeiro de 1964, referindo-se ao ano de 1963, que Alagoas atravessou um ano tranquilo, sem grandes agitações, e caminhava lentamente no sentido da realização da paz e do progresso material. Porém, em uma análise histórica, foi possível observar que a condição de vida do proletariado se tornava cada vez mais difícil e os protestos que reivindicavam mudanças aumentavam cada vez mais.

Nesse sentido, houve um aumento progressivo do custo de vida e a mobilização dos trabalhadores tanto da cidade quanto do campo atingiram níveis significativos. A deflagração de duas greves no início de 1964 ajudaria a acentuar o nível de radicalização política que teria o seu desfecho decidido a partir do comício do dia 29 de março de 1964, em Maceió.

O editorial mascarava e omitia a realidade do que estava acontecendo no estado. Alagoas continuava a assistir uma atividade cada vez maior do movimento sindical bem como do número de greves. Quase diariamente os jornais alagoanos traziam notícias sobre as greves que estouravam por todo país, alarmando a população alagoana do caos para o qual o Brasil estava.

### 3.2 JORNAL DE ALAGOAS, DEPOIS DO GOLPE

Dando seguimento a análise, depois do Golpe Militar, o Jornal de Alagoas publica no dia 5 de abril de 1964 a notícia: “Desarticulados os focos comunistas do estado, mas a polícia prossegue em grandes diligências”.

Ainda, o Comandante Albérico de Barros ocupou o jornal comunista A Voz do Povo, onde conseguiu apreender grande quantidade de documentos importantes, entre os quais um deles que visava a eliminação de altas autoridades do estado de Alagoas e também o Sindicato da Petrobrás, à rua 2 de Dezembro, desarticulando assim, os focos de agitação do CGT e de conhecidos comunistas [...]

[...] Diante da situação de calma que toda a família alagoana

vem passando, tudo deve à decidida atitude do general Luiz Cavalcante. Ontem a nossa reportagem esteve em visita ao Ten. Cel. João Mendes de Mendonça, secretário do interior, justiça e segurança pública, que, como auxiliar dedicado do governo tudo vem fazendo para elevar o bom nome de Alagoas, repudiando de maneira cívica o comunismo, defendeu as instituições democráticas e a ordem tem sido mantida em todo o estado. (JORNAL DE ALAGOAS, 05/04/1964, p. 4-5).

Ao analisar essa matéria, podemos perceber que o primeiro ato da Ditadura em Alagoas foi calar a imprensa e destruir a possibilidade de comunicação da esquerda. O semanário *A Voz do Povo*, jornal do Partido Comunista do Brasil (PCB) dirigido por Jayme Miranda, foi invadido e teve seus equipamentos e móveis quebrados, jogados na rua e queimados, fazendo uma fogueira. Os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) receberam a ajuda da Patrulha Nacional Cristã, em uma cena de vandalismo que não se via em Alagoas desde os tempos coloniais.

A guerra ideológica em que se encontrava o Jornal de Alagoas fazia com que qualquer ação da parte do governador Luiz Cavalcante assumisse imediatamente uma imagem de ato heroico, em contrapartida, a esquerda recebeu uma representação de subversão exagerada.

Como é do conhecimento dos alagoanos, às primeiras horas da manhã do dia 1º, o Governador Luiz Cavalcante tomou a vanguarda dos governadores nordestinos e manifestou de público a sua repulsa ao comunismo ateu e apátrida. Ficou ele ao lado dos chefes militares que, verificando a atitude impatriótica do Presidente da República, que queria colocar o país no caos da desordem, apoiando criminosamente o subversivo CGT e outros órgãos nitidamente comunistas e também procurando destruir a disciplina e a hierarquia das gloriosas Forças Armadas [...]. (JORNAL DE ALAGOAS, 05/04/1964, p. 4-5).

Jornal *Correio do Amanhã*, do Rio de Janeiro, dava amplo destaque às ações de viés conservador do governador, além da importância da sua colaboração no combate ao comunismo, o governo de Alagoas foi noticiado como “percursor nas lutas armadas do primeiro de abril”.

### 3.3 GAZETA DE ALAGOAS, ANTES DO GOLPE

O próximo jornal analisado é a *Gazeta de Alagoas*. Na edição do dia 29 de março de 1964, surge a notícia “Elementos comunistas pretendendo convocar agitação

em todo o estado”, da qual seu autor é ilegível. Colocada como manchete, ela aborda o comício do dia 29 de março como um movimento criminoso.

O jornal Gazeta de Alagoas foi um dos principais envolvidos na difamação dos movimentos de esquerda durante o governo de João Goulart. Isso se deu pelo fato dela ser uma aliada ideológica dos movimentos conservadores alagoanos, o que também incluíam os religiosos e os militares.

“Elementos comunistas pretendendo convocar agitação em todo o estado” era o título da manchete, utilizada com o propósito de criminalizar os movimentos de esquerda. Nesse dia (29), um comício ocorria na sede da Aliança Retalhista, que definiu de vez as ações tomadas nos próximos dias pela direita conservadora. Isso se mostra pelo fato da Gazeta vincular informações de cunho calunioso sobre o movimento orquestrado pela CGT.

O fato torna-se ainda mais claro quando, em um trecho da notícia, pode ser lido que “integrantes do ilegal Partido Comunista trabalhavam como nunca”. Com essa frase, encontrada na mesma notícia abordada anteriormente, o jornal logo associou a imagem dos sindicalistas, trabalhadores e cidadãos que participavam do comício com a de criminosos.

O movimento de agitação empreendido por grupos esquerdistas e comunistas provocou, entretanto, o aparecimento de outros grupos, contrários à pregação dos que defendem a reforma da Constituição e a legalidade do Partido Comunista (...). Acredita-se que elementos comunistas aliados a outros ativistas, vindos de outros estados, pretenderão levar o estado o movimento de agitação que tentam começar hoje. (GAZETA DE ALAGOAS, 1964, p. 1-2).

Na mesma notícia, encontra-se um texto que denuncia ações esquerdistas que ainda haviam de acontecer dentro do estado: “Acredita-se que elementos comunistas, aliados a outros ativistas, vindos de outros estados, pretenderão levar ao estado o movimento de agitação que tentam começar hoje [...]”.

A Gazeta não só sabia de informações que suportavam a campanha militar de Cavalcante, como também levanta a suspeita acerca de suas fontes. Afinal, não é de conhecimento se um informante infiltrado os comunicou sobre os atos do governador (até então ocultos da população) ou seria o próprio Cavalcante que os “ajudou” com estes dados.

Apesar da suspeita, havia um plano de retratar os comunistas como criminosos e justificar os atos do dia 31 de março e do dia 1 de abril. Com o retrato feito pela Gazeta e com a perseguição aos comunistas liderada por Cavalcante, uma parcela considerável da população aceitou e apoiou a direita conservadora e os militares em seu repúdio aos movimentos de esquerda.

### 3.4 GAZETA DE ALAGOAS, DEPOIS DO GOLPE

A edição do jornal analisado a seguir, data do dia 3 de abril de 1964. “Com civismo e paz, maceioense festejou a vitória da Democracia” era o nome de sua

principal notícia, celebrando o golpe recém executado. Não é visto o nome do autor na matéria.

Espetáculo cívico jamais visto na capital alagoana realizou-se na tarde de ontem, quando milhares de pessoas se comprimiam nas ruas da cidade, formando uma passeata monstro pela vitória da democracia e de repúdio ao comunismo. (GAZETA DE ALAGOAS, 03/04/1964).

Após a execução do Golpe Militar, em 1º de abril de 1964, fora realizada uma grande comoção em celebração ao ato “democrático” e em repúdio aos comunistas. Os golpistas foram às ruas em uma grande passeata, protagonizada também pelo Movimento Democrático Feminino e a entidades católicas.

Na manchete da Gazeta de Alagoas do dia 3 de abril o jornal diz que houve uma “passeata monstro” com milhares de pessoas. Informa também que a Associação Comercial e a Federação das Indústrias haviam se organizado para fechar e concentrar todos na Praça dos Martírios para prestigiar a “Passeata da Vitória”. Após a concentração na Praça, as pessoas presentes na movimentação dirigiram-se para a Igreja dos Martírios para dar continuidade a celebração.

A Gazeta notificou além da presença de mulheres, crianças e comerciários na concentração, autoridades estaduais, mas sem especificar quais ou quem eram. No entanto, o Jornal de Alagoas, também noticiou a passeata no dia 4 de abril, apontando que

O governador Luiz Cavalcante e sua esposa, além de altas autoridades civis e militares, funcionários públicos, comerciantes, industriais e o povo em geral [...] a fim de levar o seu apoio e o seu aplauso às enérgicas medidas postas em prática pelo atual chefe do Executivo alagoano.

Desta forma, percebe-se que em momento algum a notícia da Gazeta de Alagoas menciona a aparição de Luiz Cavalcante em apoio a passeata e ao ato do Golpe, enquanto o Jornal de Alagoas enaltece a participação do governador no movimento. Em contrapartida, as duas notícias retratam a passeata de forma positiva e aprovável.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um retrospecto do cenário midiático alagoano, é factível a colaboração dos conservadores e dos movimentos de direita dentro das mídias impressas; mais especificamente a Gazeta de Alagoas e o Jornal de Alagoas. Durante os três meses anteriores ao golpe de 1964, o principal fator observável é o ataque deliberado aos movimentos de esquerda, assim como já foi explicitado anteriormente.

Uma forte ligação entre Luiz Cavalcante e o Jornal de Alagoas, tendo uma análise mais ampla em todo o panorama alagoano na época, é facilmente exposta. O

governador, que antes do golpe ser executado já havia iniciado sua própria inquisição contra os sindicalistas e líderes da esquerda, sabendo que o Jornal de Alagoas apoiava seu governo, usufruiu das notícias vinculadas para justificar e incentivar todos os atos cometidos nos meses vindouros.

Apesar da Gazeta de Alagoas estar associada com os conservadores, ela se posicionava contra o governador Cavalcante. Arnon de Mello, até então dono do veículo, usava as greves (das quais Cavalcante combatia até onde seu poder político o permitia) como uma forma de mostrar a “má administração do governo alagoano”.

Entretanto, poucas semanas antes do golpe de 1º de abril de 1964, a Gazeta observou que era vantajoso para ela formar uma “aliança” com Cavalcante, já que os preparativos da tomada de poder haviam se iniciado entre os membros do exército e dos movimentos de direita. Ela fazia vista grossa para os atos do governador, assim como foi sua ausente crítica às repressões de movimentos sociais que aconteciam no estado. Porém, mesmo omitindo os atos repressivos, a Gazeta continuava a apontar as manifestações como “movimentos criminosos”.

O fato das duas mídias demonstrarem apoio ao golpe e o seu silêncio dentre o período da tomada de poder são consequências da relação entre o governador Luiz Cavalcante e dos jornais alagoanos na época. Também é factível a relação entre os veículos e os movimentos de direita, o que se comprova pela demonização dos opositores de esquerda.

A influência e o poder do governador Cavalcante são fatores determinantes para compreender o porquê dos jornais se aliarem a ele. Porém, ainda não é claro como se deu o envolvimento direto do até então governador dentro dessas mídias (ou sequer se houve).

A aproximação política intensa que a imprensa teve no período não impediu, por exemplo, a Gazeta de criticar o governo de Cavalcante mesmo após o golpe. O que chama a atenção é como o governador e a mídia se uniram para atacar os movimentos de esquerda e orquestrar um golpe que ficaria na história.

É analisando com cautela todo o cenário alagoano que é simples de se ver como a união entre Luiz Cavalcante, a Gazeta de Alagoas e o Jornal de Alagoas foi um fator importante, se não crucial, para que o golpe pudesse ocorrer em Alagoas; sendo o estado pioneiro em executar caçadas aos movimentos de esquerda e, consequentemente, dando início ao Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964 em todo o país.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Rodrigo José. Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961 – 1964). **Mundos do Trabalho**, v.5, n.10, p.125-144, julho-dezembro de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p125/26755>>. Acesso em: 4 out 2017.

COSTA, Rodrigo José. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. Recife: O autor, 2013.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Harcourt: Brace, 1922.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A Função do Agendamento dos Media.  
In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**.  
Volume I. Florianópolis-SC: Insular, 2004.

---

**Data do recebimento:** 13 de janeiro de 2018

**Data da avaliação:** 17 de fevereiro de 2018

**Data de aceite:** 12 de março de 2018

---

---

1 Discente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.  
E-mail: gabrielymcastelobranco@gmail.com

2 Discente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.  
E-mail: jorgeluz1x@gmail.com

3 Discente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.  
E-mail: naatylicia@gmail.com

4 Discente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL.  
E-mail: lucas.pierre@hotmail.com

5 Discente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: sarxhv@gmail.com

6 Mestre em Linguística pela UFAL; Graduada em Jornalismo; Pesquisadora do Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC/UNIT/AL; Professora dos cursos de Jornalismo/Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: daniellecandido@gmail.com

